

A regulação da radiodifusão na Venezuela: Um estudo sobre as mudanças ocorridas no governo Chávez¹

Rodrigo BRAZ

ABSTRACT. This paper aims to study the current mode of regulation of broadcasting in Venezuela, observing the changes that occurred in this section after 1999, when Hugo Chávez became president of the country. So, we tried to show how the ancient mode of regulation was managed according to the interests of the ruling class and following only some commercial objectives, realizing a concentrated and unruly media scene. Afterward, it was analyzed the changes that happened in Chávez' government and with this answer, through regulations and media policies, guarantee the hegemony of the 'Bolivarianos' ideals.

Keywords: broadcasting, mode of regulation, Venezuela, communication.

INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação capitalista que se iniciou na década de 1970 representou para os setores de telecomunicações e de radiodifusão o reposicionamento do Estado, a formação de novas maneiras e instâncias de regulação, internacionalização e incremento da concorrência. Neste sentido, o Estado progressivamente se afasta da atividade econômica direta e altera qualitativamente a regulamentação, que foi redirecionada ao fortalecimento dos mercados. De modo geral, o Estado passa de uma linha intervencionista, de produtor de bens e serviços e controlador dos ciclos econômicos, para uma posição de repassador ao mercado de grande parte das suas atividades, afastando-se também em grande medida da sua função fiscalizadora. Contudo, a regulamentação que emerge não representa uma eliminação do papel do Estado, mas o seu (re)posicionamento no sentido de garantir a hegemonia da classe dominante, o que gera alterações no modo de regulação e na estrutura dos mercados em cada país. O modelo fordista de produção e consumo em massa foi substituído por uma crescente capacidade de manufatura de uma variedade de bens cada vez mais segmentados (HARVEY, 2007, p. 148), a gestão planejada da economia pelos monopólios públicos e privados foi flexibilizada, o Estado fortemente intervencionista na economia deu lugar a um processo generalizado de desregulamentação, “o que significou muitas vezes um aumento da monopolização em setores como empresas de aviação, energia e serviços financeiros” (Idem, p. 150). Essa nova ordem econômica levou enfim ao retrocesso das políticas públicas de distribuição de renda, ao priorizar políticas neoliberais.

Esse processo trouxe consequências para o setor das comunicações, sobretudo porque o controle da informação nesse contexto assume um papel estratégico, tornando-a uma mercadoria bastante valorizada. Seguindo as tendências internacionais, houve uma forte retração do Estado em favor dos mercados por meio de um processo generalizado de privatizações e desregulamentação. Tratando em especial do audiovisual e das telecomunicações, Bolaño (2007) explica que, para além das particularidades das políticas nacionais, fatores de ordem tecnológica, econômica e social, definidos de acordo com essas forças globais, levaram-nos a viver um momento de transição para um novo modo

de regulação. Contudo, o autor salienta que “essas tendências gerais irão se manifestar de formas muito diferenciadas em diferentes contextos nacionais, em função da estruturação hegemônica dos atores envolvidos, de sua dinâmica e da própria interação, a cada momento, com forças externas em jogo” (BOLAÑO, 2007, p. 93). As diferenças em cada caso estão relacionadas com a dinâmica histórica da luta de classes. Ainda que todo Estado capitalista tenha a mesma ossatura material, ela se singulariza conforme as particularidades da luta de classes, da organização da burguesia e do corpo dos intelectuais em cada Estado e país.

A hegemonia mundial das políticas neoliberais, ampliadas após o Consenso de Washington, acarretou o aumento das disparidades sociais, com maior concentração de renda, crescimento da pobreza, do desemprego e das dificuldades de acesso à cultura e à comunicação, sobretudo nos países pobres. Em resposta a esse movimento, a partir da década de 1990 e durante os primeiros anos do século XXI, houve uma forte ascensão dos partidos de esquerda na América Latina, que chegaram ao poder com promessas de maior distribuição de renda e justiça social. De acordo com Moraes (2009), o que se busca agora nesses países é a reconstrução do Estado enquanto espaço institucional e éticopolítico, capaz de interagir com a sociedade e as comunidades locais e de frear e disciplinar o papel do mercado, adotando medidas definidas em consenso com as classes subalternas e pauperizadas. Na esteira desse processo, chegou ao comando do Poder Executivo venezuelano o tenente-coronel Hugo Chávez (1998)². A vitória desses candidatos representou a esperança por uma ruptura com políticas adotadas nos governos anteriores. No setor das comunicações, as promessas apontavam para uma maior intervenção estatal no sentido de ampliar a democratização dos meios de comunicação e diluir a forte concentração simbólica que existia nesses países.

Com o advento desses governos, a classe historicamente no poder buscou articular novas estratégias em nível nacional e internacional para frear possíveis mudanças no regime de acumulação que vinha sendo desenvolvido nos últimos anos, o que provocou um acirramento da luta de classes nesses países. Os meios de comunicação desempenham um papel fundamental nesse processo de disputa, não somente pela ampla capacidade de formação de consensos, mas também para alcançar a soberania nacional, o desenvolvimento cultural, a integração regional e a cooperação internacional (MORAES, 2009, p. 116). Portanto, o controle desses meios é uma estratégia essencial para a hegemonia, o que só é possível quando se dispõe de capital e de um modo de regulação adequado.

Na Venezuela, até a chegada de Chávez ao governo em 1999, o rádio e a televisão eram regulamentados pela antiga Lei de Telecomunicações de 1940 e pelo Regulamento de Radiocomunicações de 1941, sancionados num período ditatorial, que permitiram o surgimento de um mercado de radiodifusão extremamente vinculado e dependente do Estado e garantiram que o desenvolvimento desses meios seguisse princípios estritamente comerciais. Em 2004, as duas principais emissoras de televisão do país possuíam juntas cerca de 67% da audiência. Nos últimos dez anos, aconteceu uma ampla reforma na regulamentação do setor de comunicações venezuelano.

No ano 2000, o governo sancionou a *Ley Orgánica de Telecomunicaciones* (Lotel), que estabelece um novo regime de concessão de canais. Em dezembro de 2004, o governo aprovou a *Ley de Responsabilidad Social en Rádio y Televisión*, que estabelece uma série de parâmetros para qualificar os diversos tipos de programação e os horários em que poderão ser transmitidos os programas, além de estabelecer critérios e iniciativas de fomento à produção independente. Além disso, o governo tem intensificado também ações no sentido de criar e

fortalecer um sistema estatal de televisão e tem fomentando a criação de rádios comunitárias e a produção nacional independente.

O ANTIGO MODO DE REGULAÇÃO

O rádio surge na Venezuela em 1924, sob os auspícios da ditadura do general Juan Vicente Gómez³. Naquele ano, foi outorgada a primeira licença especial de autorização, mas, somente em 1926, a Rádio AYRE iniciou oficialmente suas atividades. A iniciativa foi comandada por Roberto Scholtz e Alfredo Moller com o apoio político e econômico do coronel Arturo Santana, chefe da guarda do filho do ditador, que contou com o aval do general Gómez. Bisbal (1991) explica que a permissão especial, dada pelo general Gómez, com base na Constituição de 1922 e na Lei de Telégrafos e Telefones do mesmo ano, atribuía ao coronel Arturo Santana também a faculdade de criar, vender e arrendar na Venezuela aparatos para o serviço de rádio-concerto. Assim, o rádio nasceu fortemente vinculado ao regime ditatorial em vigor. O financiamento era feito seguindo o modelo de rádio *club*. Cada ouvinte pagava uma taxa de 20 bolívares (Bs.). Apesar dos esforços empreendidos, a rádio AYRE encerrou suas transmissões em 1928 devido à dificuldade de manter-se economicamente.

O sistema privado e comercial de rádio começa a ser implantado na Venezuela em 1930, com a criação da rádio Broadcasting Caracas (1-BC), que, pela primeira vez, disponibilizou uma programação regular que se estendia por toda a região por Amplitude Modulada (AM). A emissora nasceu no teto de um armazém de um estrangeiro, o “Almacén Americano”, que pertencia à família de William H. Phelps e era um estabelecimento dedicado a negócios de exportação e importação e venda de mercadorias e frutas, assim como representava comerciantes, produtores e fabricantes estrangeiros no país. “Como puede observarse, la vinculación con otros países es fundamental en sus comienzos” (SALDIVIA; ALGARA, 1988, p. 165). Segundo Díaz (2007), a nova rádio serviria, segundo justificativa apresentada por Phelps ao general Gómez, para difundir anúncios oficiais, transmitir músicas e, principalmente, oferecer os produtos que eram vendidos no Armazém. Ainda que tenha sido implantada seguindo as determinações autocráticas do regime gomezcista, o rádio teve um papel essencial na vida econômica venezuelana. Na década de 1920, a Venezuela expandiu significativamente a produção petroleira, chegando ao final do período como o segundo maior produtor mundial do produto⁴. A expansão petroleira subsidiou o aparecimento de uma “burguesia nacional” fortemente atrelada ao capital internacional.

O aumento expressivo de afluxo de capitais e da capacidade de consumo interno tornou a publicidade um grande negócio. “El Estado se ha convertido rápidamente en uno de los mejores clientes de comerciantes o de los primeros industriales, y esta es una de las razones que van a explicar la actitud del Estado hacia los medios de difusión masiva” (CAPRILES, 1976, p. 80). No campo das comunicações, a preocupação do Estado será dotar o país de infra-estruturas destinadas a permitir o desenvolvimento da exploração petroleira, da importação comercial e o desenvolvimento da indústria de construção, setores prioritários para o capital financeiro internacional e a burguesia interna. Assim, a construção de estradas e o desenvolvimento do telégrafo, do telefone e, posteriormente, do rádio foram realizados seguindo os interesses da distribuição de bens, sobretudo os importados, e sem um planejamento econômico de longo prazo. Durante os primeiros dez anos de existência, o rádio na Venezuela era exclusivamente comercial e não contava com tipo algum de regulamentação,

sendo as licenças concedidas de acordo com os interesses políticos e econômicos do regime gomezcista.

Em 1936, durante o governo de López Contreras⁵, foi criada a Radio Nacional Difusora de Venezuela (RNDV), que, operando do alto do Teatro Nacional, assumiu a função de difundir as cerimônias públicas e atos oficiais do governo. Em 29 de junho de 1940, foi promulgada a Lei Orgânica de Telecomunicações que reconhecia a radiodifusão como um serviço público e dava ao Estado o direito de regulamentá-la. Em 5 de março de 1941, faltando pouco mais de um mês para deixar o poder, López Contreras sancionou o Regulamento de Radiocomunicações. A legislação dava ao Estado o monopólio sobre os chamados serviços radioelétricos.

Artículo 2o. Los servicios radioeléctricos son de la exclusiva competencia del Estado y sólo excepcionalmente se concederá permiso para establecer servicios de esta índole a particulares cuando a juicio del Ejecutivo Federal hubiere razones para ello y siempre cumplan estrictamente las disposiciones de la Ley de Telecomunicaciones, los convenios suscritos por la Nación, las disposiciones contenidas en este Reglamento y las que dicte el Ministerio a cuyo cargo estén las radiocomunicaciones de la República (VENEZUELA, 1941, 447).

Contudo, o artigo 41 previa que as estações de radiodifusão podiam ser exploradas com fins comerciais. Nesse caso, a permissão seria feita somente quando “justificada”, tendo um caráter precário. A duração seria de um ano, renovável pelo mesmo período se cumpridos os preceitos legais.

No caso das estações de radiodifusão ⁶, a permissão seria de cinco anos, também renováveis por igual período. O fato é que o Regulamento não alterou os padrões de implantação do rádio (CAPRILES, 1976; PASQUALI, 1990), que seguiu tendo um caráter estritamente privatista e comercial, conforme os interesses da burguesia nascente. Por outro lado, a legislação previa o direito do Estado de fiscalizar as emissões, não podendo essas incitar à rebelião e ao desrespeito às leis, instituições e autoridades; subverter a ordem social ou ter conteúdo político quando envolvesse debates polêmicos de pessoas ou partidos (art. 53), cabendo ao Executivo Federal impedir ou proibir tais polêmicas por rádio (art. 57).

Assim, ainda que não tenha representado mudanças no modelo de implantação do rádio, a legislação abria oficialmente a possibilidade do Estado intervir na programação quando ela contrariasse a “orden social”.

De acordo com Oswaldo Capriles (1976), da mesma maneira como o Estado diante do surgimento do petróleo fez uso das leis de minas para assegurar a propriedade sobre o subsolo e assim ceder mais facilmente essa propriedade, “em uma quase venda” aos monopólios estrangeiros, tornando-se um simples distribuidor de sua renda em favor das classes dominantes, assim fez também com a radiodifusão, abrindo mão de uma legislação que estabelece a necessidade de elaboração de políticas de comunicação.

Consecuentemente con la función que le había sido asignada desde Gómez, el Estado post-Gomecista de su sucesor y los subsiguientes gobiernos comienzan a otorgar concesiones que, no solamente no resultaron precarias, sino que se convirtieron en ‘derecho adquirido’ insolentemente alegado en innumerables oportunidades. Así como la renta petrolera estatal alimentó para siempre las arcas privadas y de la misma manera como la propiedad pública había alimentado tradicionalmente los recursos de tierras de los grandes latifundistas, así también la radiodifusión pasará a ser un coto reservado de la iniciativa privada (CAPRILES, 1976, p. 92).

O rádio teve um papel substancial nesse processo de mudanças econômicas, uma vez que era o único meio de atingir um grande número de pessoas ao mesmo tempo de forma rápida. Nesse sentido, para Pasquali (1990), o Estado venezuelano permitiu desde o começo que o rádio fosse explorado integralmente pela lógica da livre empresa. Segundo o autor, as antenas de retransmissão se espalharam pelo país seguindo uma lei de crescimento estabelecida pela pura razão utilitarista e mercantil das áreas com maior capacidade de consumo. Ou seja, as rádios eram implantadas de acordo com a capacidade de consumo de cada região. “La población del país recibió, pues, servicios radiofónicos no en función de sus necesidades sociales, culturales o de bien común, sino en razón directa de su rentabilidad” (PASQUALI, 1990, 224).

Durante as décadas de 1940 e 1950 as agências de publicidade ampliaram significativamente seus negócios. Em 1957, as empresas que mais gastavam com publicidade se reuniram para compor a Asociación Nacional de Anunciantes (ANANDA) com o intuito de proteger os interesses comuns dos seus membros compradores de publicidade. Em 1958, foi criada a Federación Venezolana de Agencias Publicitarias (Fevap), composta por 148 empresas de publicidade, a entidade tinha o objetivo de promover e consolidar os interesses comuns das agências publicitárias. Em agosto do mesmo ano, o Ministério das Comunicações baixou a Resolução 1.002 que legitimou a concepção mercantilista da radiodifusão. De acordo com o novo texto regulatório, a instalação de novas emissoras deveria acontecer de acordo com o número de habitantes de cada região. Assim, em Caracas, para haver uma nova permissão de rádio, seria necessário o incremento de 150 mil habitantes, enquanto nas demais urbanizações do interior, seria necessário um crescimento de 50 mil.

Após a década de 1940, o sistema radiofônico venezuelano passou a se desenvolver por meio do fenômeno de cadeias ou redes em que se misturam contratos de serviço e controle financeiro, conforme explica Capriles (1976). O autor salienta que muitas vezes os donos de rádio eram pequenos comerciantes que encontravam nesse meio de comunicação uma forma de ampliar seus negócios instalando uma antena de baixa potência sobre o teto da sua empresa. Assim, alguns grupos mais capitalizados encontraram uma solução ideal de “tipo capitalista dependente” que consistia em manter o caráter local das rádios interioranas, com baixos investimentos e potência, e ao mesmo tempo incorporá-las paulatinamente a circuitos nacionais, que teriam participação financeira e enviariam parte do conteúdo da sede. Esse modelo levou a um processo de concentração, “que siendo financiera, no implica la concentración territorial o geográfica, sino que por el contrario explota el carácter local desde una perspectiva nacional” (CAPRILES, 1976, p. 95). Em 1974, as sete principais cadeias controlavam 100 emissoras no país. Na análise de Capriles, mais de 60% das emissões radiofônicas estavam nas mãos de apenas quatro grupos. As concessões de Frequência Modulada (FM) só foram iniciadas em 1988.

A CHEGADA DA TELEVISÃO: NOVAS CONCESSÕES, VELHAS PRÁTICAS

Assim como o rádio, a televisão chegou à Venezuela sob os auspícios de um regime ditatorial. Mas, diferente daquele, ela foi inaugurada como um serviço estatal. Em 22 de novembro de 1952, o então ditador venezuelano Marcos Pérez Jiménez inaugurou a emissora Televisora Nacional de Venezuela Canal 5 (TVN5). A novidade fazia parte do projeto desenvolvimentista do então presidente, baseado na filosofia do “Novo Ideal Nacional”, que

utilizou a renda petroleira para promover a estrutura de uso agrícola, a construção de algumas indústrias básicas e de sistemas de transportes e telecomunicações. Assim, Pérez Jiménez decidiu fazer da Venezuela um país com televisão, colocando-a entre as nove nações do mundo com um serviço regular deste tipo. Contudo, a criação da emissora serviu apenas para gerar uma expectativa no público, levando-o a adquirir os aparelhos receptores e abrindo assim o caminho para a implantação de um sistema televisivo comercial (CAPRILES, 1976; PASQUALI, 1990). O sistema exclusivamente estatal durou seis meses. Em maio de 1953, foi criada a emissora Televisa, Canal 4, e em agosto do mesmo ano, foi a vez da emissora Radio Caracas de Televisión (RCTV), Canal 2. Assim, Pérez Jiménez inaugurou no país um sistema privado de concessões televisivas, ainda que o Regulamento de 1941 determinasse, em seu artigo 107, que o Estado só poderia outorgar permissões para serviços de televisão após o Poder Executivo regulamentar esse tipo de transmissão, o que só aconteceu em 1964. As emissoras comerciais foram beneficiadas com um público anteriormente sensibilizado com a emissora estatal, que então assumiu, segundo Pasquali (1990), a função de porta voz do regime, ainda que os demais canais estivessem submetidos a forte censura. Capriles ressalta que os critérios para as permissões foram essencialmente o alinhamento político e ideológico das emissoras, que, para além da função publicidade, compartilharam com o governo a função de propaganda. Neste sentido, a TVN5 passou a ser negligenciada pelo governo. Abuchaibe e Cedillo (1978) explicam que, desde o seu nascimento, as empresas de televisão venezuelanas estiveram diretamente ligadas ao capital norte-americano. A RCTV é fruto de uma permissão dada por Pérez Jiménez à holding Sindicato Phelps, a mesma que controlava a Rádio Caracas Rádio (RCR) e a Corporación Radiofónica Venezolana C.A. (Coraven), criada em 1948 para explorar a produção publicitária para o rádio. Em 1947, o grupo criou a empresa C.A. Radio Caracas com o intuito de explorar a emissora Rádio Caracas e todas as atividades ligadas a este tipo de negócio⁷.

A emissora Televisa faliu em 1960 e foi comprada pela Organização Diego Cisneros, pasando a se chamar Venevisión. A compra foi agenciada pelo então presidente Rómulo Betancourt em retribuição ao apoio da família Cisneros durante as eleições (CÁCERES et al, 2001, p. 10). A nova emissora, de nome jurídico Corporación Venezolana de Televisión (CTV), teve seu capital integrado pela Pepsi-Cola e pela American Broadcasting Company (ABC), que em 1961 passou a ter 42,8% da Companhia (SALDIVIA; ALGARRA 1988, p. 197)⁸.

Em agosto de 1964, foi inaugurada a terceira emissora comercial venezuelana, a Cadena Venezolana de Televisión (CVTV), de propriedade de Francisco Pérez, que logo transferiu a permissão para a empresa Proventel e para a construtora Alvo C.A. Capriles (1976) afirma que a primeira tinha maior parte do capital no negócio e estava vinculada ao magnata Goar Mestre, que possuía diversas empresas do setor na América Central, Peru e Argentina, além de ser associado às empresas estadunidense CBS e Time-Life. Já a segunda empresa, pertencia ao grupo venezuelano Vollmer- Zuloaga, que tinha seus principais ativos na produção açucareira. Os altos investimentos do grupo em tecnologia de TV em cores geraram um processo de endividamento com os empregados e com o Estado. Assim, de acordo com José Luis Díaz (2003), em 1974, os Vollmer convenceram o presidente Carlos Andrés Pérez a comprar o canal para fortalecer a emissora do Estado, a TVN5. Em 1976, já sob propriedade estatal, o canal 8 passou a se chamar de C.A. Venezolana de Televisión (VTV). A compra foi feita por 25 milhões de dólares, valor que incluía o sistema de transporte de sinais por microondas.

Até 1964, as permissões de televisão eram feitas em caráter precário sem estar baseadas em tipo algum de marco regulatório. Somente em 1964, sob o governo de Rómulo Betancourt, foi sancionada a Resolução 1.621 que, de acordo com Daniel Hernández (2007), submeteu as atividades televisivas ao Regulamento de Radiocomunicações de 1941. Além disso, de acordo com o estudo realizado pela Unesco (1977), o conteúdo da legislação refere-se apenas a assuntos eminentemente técnicos, como bandas de frequência, potência, número de linhas por quadro etc. Como a legislação não definia critérios para as permissões, elas foram sendo realizadas seguindo os interesses políticos partidários de cada governo. “Las concesiones o frecuencias se otorgaran en base al favoritismo partidista. Los gobiernos de turno concedían frecuencias a sus aliados políticos, entendiéndose que la contraprestación se daría en forma de apoyo durante las campañas electorales” (HERNÁNDEZ, 2006, p 30). Nesse caminho seguiram também os canais regionais Televisora del Zulia, Ondas del Lago e Valencia Televisión, criados em 1956, 1957 e 1958, respectivamente. Contudo, na análise de Capriles (1976), o mercado era relativamente limitado para tal proliferação de canais, ainda que a Venezuela fosse, em 1962, o segundo país da América Latina em receptores de televisão per capita, alcançando a primeira colocação em 1965 com um número de 650 mil televisores. Na verdade, a superioridade financeira dos dois principais canais privados impõe-se como uma das principais barreiras à entrada para as demais empresas. Em 1968, os três canais regionais já haviam encerrado suas atividades.

Pasquali (1990) explica que a expansão da televisão na Venezuela repetiu o mesmo esquema operativo do rádio, concentrado-se nas zonas mais consumidoras e rentáveis do país. Segundo o autor, no começo da década de 1970 cerca de 35% da população, que ocupava 70% da extensão territorial do país, não recebiam o sinal televisivo. Em geral, os canais só se preocupavam em alcançar a zona marítima do norte do país, abarcando, em geral, do Estado Sucre até a região do Lago Maracaibo, passando pela capital, Caracas, e áreas petrolíferas onde se encontrava a maior parte da população consumidora.

Nos primeiros anos de atividade da televisão na Venezuela, Pérez Jiménez estabeleceu uma política extremamente liberalizante e ditatorial⁹, permitindo uma desregulamentação econômica no setor, ao mesmo tempo em que impunha uma forte censura às novas emissoras. Para Capriles (1976) a política de permissões seguiu a mesma dinâmica das concessões petrolíferas, permitindo inclusive a participação substancial do capital norte-americano. A TV, além de uma estrutura essencial de difusão ideológica do regime, dinamizou o processo de substituição de importações e realização do capital através da publicidade.

Durante o período político venezuelano conhecido como Pacto de Punto Fijo¹⁰, que estendeu no país de 1959 até 1964, o modo de regulação da radiodifusão permaneceu basicamente inalterado. Ainda que entre 1952 e 1973 tenham sido sancionadas mais de 30 resoluções complementares, estas, de modo geral, reiteravam as normas já definidas em 1941 (UNESCO, 1977, p. 51). A falta de vontade política e a capacidade de lobby dos empresários impediram mudanças estruturais no modelo.

Durante o governo neoliberal de Jaime Lusinchi (1984-1989), foi sancionado o Regulamento sobre Concessões para Televisoras e Radiodifusoras, decreto 1.577 de 27 de maio de 1987, que amplia o prazo de concessões para 20 anos, derogando aquele de um ano vigente no Regulamento de 1941. Hernández (2006) explica que o governo Lusinchi, representante da AD, foi responsável por uma abertura de concessões, consequência das medidas desregulatórias que se aplicaram naqueles anos em matéria de comunicações.

Esse processo, segundo o autor, inaugurou um período de maior diversidade de fontes de informação. Em 1985, o governo outorgou sete concessões para canais regionais de televisão. Em 1988, Lusichí fez a concessão de mais um canal em âmbito nacional ao empresário Omar Camero e ao seu ex-ministro das comunicações e fundador da AD, Alberto Federico Ravell. A Televen (canal 10) foi inaugurada em julho do mesmo ano, seguindo a mesma lógica político-partidária que se desenvolveu no país nos anos anteriores. Segundo Díaz (2007), assim como Ravell, Camero era um antigo parceiro político do então presidente¹¹. Luz Neira (2008) destaca que os donos da RCTV e da Venevisión tentaram impedir o surgimento da Televen.

Após o fim do puntofijismo, em 1994, o presidente Carlos Andrés Pérez fez novas concessões de emissoras de radiodifusão. Desta vez, um dos grupos “beneficiados” foi o Santaella-Bancor, segundo Díaz (2007), banco que financiou parte da campanha eleitoral do presidente. Anos depois, diante da crise econômica que se instalou no país, o Canal Máximo Televisión (CMT) foi vendido ao grupo do empresário italiano Humberto Petrica, antigo apoiador dos governos da AD. Em 1994, uma outra concessão fez surgir o canal Bravo TV, posteriormente chamado Puma TV, fruto de uma concessão feita por Andrés Pérez a um dos seus principais garoto propaganda, o cantor José Luíz Rodríguez. Em 2007, o canal passou às mãos do empresário Wilmer Rupertí, que modificou o nome da emissora para Canal i, tornando-o um canal de notícias. No mesmo ano, Pérez concedeu mais uma emissora a um grupo de amigos políticos. Assim, Luis Teófilo Núñez, Guillermo Zuloaga, Nelson Mezerhane e Alberto Federico Ravell, inauguraram a Globovisión (Canal 33), que só foi ao ar durante o governo de Rafael Caldera.

POR UM NOVO MODO DE REGULAÇÃO: AS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO SOB CHÁVEZ

Pairando sobre uma forte crise econômica e política¹² e com um discurso anti-neoliberal, antiimperialista e de ruptura com o pacto político que se tinha estabelecido no país nos anos anteriores, preocupado em resgatar o protagonismo popular na definição das políticas, o tenente-coronel aposentado Hugo Chávez Frías¹³ venceu as eleições em 1998, com 56,2% dos votos válidos. O carisma pessoal¹⁴, a origem pobre, a crescente crise social em que se encontrava o país e o descrédito das instituições políticas foram fatores que estiveram a seu favor. Para Lacabana (2006), a vitória de Chávez significa uma nova fase de luta hegemônica na Venezuela, baseada nos setores populares, para a construção de um projeto nacional democrático-popular. Do ponto de vista de López Maya (2008), a chegada do novo presidente evidencia uma nova esquerda, que se formou na esteira da luta contra o neoliberalismo nos últimos 25 anos e que mostra também características populistas, seja no tipo de liderança, mobilização ou no discurso. “La composición de los grupos que lo integran le otorga una heterogeneidad de corrientes de pensamiento y organizaciones, que lo mantiene en permanente tensión y movilización y le da al liderazgo carismático de Chávez en su centralidad” (LÓPEZ MAYA, 2008, p.56).

Para fundar a nova república, Chávez conseguiu engendrar uma reforma constitucional por meio de um plebiscito. Nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte (ANC), os partidários de Chávez conseguiram 119 vagas das 131 existentes. Com a maioria, Chávez pôde desmontar a estrutura estatal moldada pelo puntofijismo

e garantir mecanismos que permitiriam implementar uma política de ruptura radical com o passado. A Constituição foi aprovada por referendo popular e fez profundas mudanças na estrutura política e econômica do país. Entre elas, a nova Carta Magna dividiu o Poder Público em cinco poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Cidadão e Eleitoral; consagrou o direito de propriedade privada (art. 112) e de liberdade econômica (art. 114); mas, por outro lado, reduziu a jornada semanal de trabalho de 48 para 44 horas (art. 90); proibiu monopólios (art. 113); estabeleceu como papel do Estado a promoção da propriedade cooperativa (art. 118); determinou que no processo de discussão e aprovação das leis os cidadãos devem ser ouvidos (art. 211); afirmou que o latifúndio é contra o interesse social (art. 307). Além disso, garantiu que saúde, educação e aposentadoria são direitos de toda a nação; o turismo e a agricultura passaram a ser prioridades nacionais; puniu com prisão o crime de evasão fiscal e estabeleceu o mecanismo de Lei Habilitante, que, com prévia autorização do Legislativo, dá ao presidente o direito de elaborar e sancionar uma lei¹⁵.

Aprovados os novos princípios constitucionais, convocaram-se novas eleições em âmbito federal, estadual e municipal. Chávez foi mais uma vez consagrado presidente da República com 59,8% dos votos, e sua coligação ganhou em 18 dos 24 estados. Na Assembléia Nacional, os partidos governistas tornaram-se maioria conquistando 105 das 165 vagas. As demais ficaram com os diversos partidos da oposição. Os novos princípios constitucionais desagradaram os partidos da direita venezuelana e a classe no poder, uma vez que aqueles poderiam representar uma ameaça as grandes propriedades e lucros obtidos nos anos anteriores, sobretudo, por meio do negócio petrolífero.

Em novembro de 2001, o Executivo passou a adotar medidas mais radicais. Foi sancionado um conjunto de 49 leis habilitantes. “São várias as leis que têm por finalidade o financiamento ou a promoção de modalidades econômicas alternativas às organizações de caráter empresarial” (LANDER, 2005, p. 12). Entre as mais polêmicas estão a Lei de Pesca, a Lei de Terras e a Lei de Hidrocarbonetos.

A primeira estabelece como prioridade o mercado nacional e a proteção às comunidades de pescadores, fazendo diversas restrições à pesca industrial. A segunda afirma medidas para eliminar o latifúndio ainda que reconheça a propriedade privada. A última centralizou o controle estatal da PDVSA, eliminando a autonomia que tinha ganhado nos governos anteriores. Os empresários passaram a acusar o governo de atentar contra a propriedade privada e de agir seguindo princípios comunistas. Lacabana (2006) explica que ainda que essa lei garanta os interesses dos setores nacionais e internacionais, impõe um ritmo de acumulação mais lento e beneficia os pequenos e médios negociantes. Para pressionar o governo a revogar as leis, a classe patronal paralisou suas atividades em 10 de dezembro de 2001. “A mídia adota posturas cada vez mais extremas de denúncia e de confrontação com o governo, assumindo parte fundamental da direção da oposição” (Idem, p. 16). Em resposta, Chávez negou fazer modificações nas leis, ameaçou fechar a Assembléia Nacional caso perdesse a maioria e sancionar uma lei de meios de comunicação limitando sua atividade.

Em 9 de abril, os trabalhadores da PDVSA, insatisfeitos com as ações do presidente, iniciam uma greve, que foi apoiada pela CTV e Fedecámaras e pelos meios privados de comunicação, que são afiliados desta por meio da Camradio e da Cámara Venezolana de la Televisión (CVT). A paralisação prolongou-se até o dia 11 daquele mês, quando uma marcha oposicionista saiu às ruas e dirigiu-se para o centro de Caracas, onde acontecia uma

manifestação em apoio ao governo. A movimentação gerou uma luta entre civis e culminou com a deposição de Chávez do poder por 48 horas. Sobre a atuação dos meios de comunicação, López Maya (2006) avalia:

La marcha, el mensaje y la convocatoria a Miraflores fueron profusamente informados, convocados y cubiertos por los canales privados de televisión, que de esta manera hicieran explícito su apoyo político [...] El papel de los medios privados de comunicación probó ser decisivo en presentar una imagen distorsionada de lo que ocurrió en el centro de Caracas (Idem, p. 269)

Os meios de comunicação privados divulgaram que Chávez havia renunciado e retransmitiram a posse do novo presidente “interino” Pedro Carmona, presidente da Fedecámaras. Na verdade, o presidente havia sido preso e levado ao Forte Tiúna, onde ficou preso por 48 horas e depois retornou ao poder por um contragolpe levado a cabo por setores populares e, sobretudo, por agrupamentos das Forças Armadas que apoiavam o governo. Durante o processo, Chávez tentou fazer um anúncio em rede nacional. Enquanto ele discursava, a tela foi dividida e, paralelamente, mostravam-se cenas da marcha insurrecional. Momentos depois, o som da fala do presidente foi desligado e o áudio passa a transmitir os gritos dos manifestantes. Na noite do mesmo dia, o sinal da emissora estatal VTV foi cortado. Segundo Maringoni (2009), no dia seguinte ao golpe, estiveram reunidos com Carmona, Gustavo Cisneros, proprietário da Venevisión e sócio da DirectTV, Marcel Granier, da RCTV, e Alberto Ravell, da Globovisión. O bloqueio midiático era essencial para convencer os apoiadores de Chávez a não saírem de casa. Em contrapartida, os meios comunitários divulgaram informações sobre o golpe, assumindo um papel substancial para o retorno de Chávez ao governo. Após o retorno de Chávez ao poder por meio de um levante popular, o clima de confrontação e de polarização política acirrou-se. Em 2 de dezembro do mesmo ano, a Fedecámaras e a CTV iniciaram um novo “Paro Petrolero”, dessa vez com o apoio do comércio, da indústria e de setores estratégicos da PDVSA, que paralisou totalmente a produção de hidrocarbonetos. Os manifestantes definiram a renúncia de Chávez como condição para retomar as atividades. Paulatinamente, o governo foi conseguindo contornar os prejuízos trazendo técnicos cubanos para trabalhar na PDVSA e importando petróleo. No final de janeiro de 2002, o setor oposicionista aos poucos foi retomando as atividades.

Depois de 63 dias, a paralisação chegou ao fim deixando o país em forte recessão econômica. Durante o “Paro” as emissoras de rádio e televisão e os jornais impressos (com exceção dos jornais Últimas Horas e Panaroma) ficaram os 63 dias sem publicidade comercial, dedicando-se exclusivamente a propaganda política e à cobertura dos acontecimentos da paralisação. Durante as eleições de 1998, o discurso chavista não agradou os proprietários dos meios de comunicação, ainda que o Programa de Governo para o setor fosse generalista e não previsse tipo algum de reestruturação para as comunicações. De acordo com Luz Neira (2008), durante a campanha, a maioria dos meios de comunicação venezuelanos se opôs a candidatura de Chávez por meio da sua cobertura e beneficiou o candidato oposicionista, Enrique Salas Romer. Ainda sim, Chávez obteve maioria dos votos.

Nos dois primeiros anos do novo governo, não houve mudança estrutural no campo das comunicações. Nesse período, havia uma forte concentração oligopólica dos meios. Em 2004, os quatro principais canais privados controlavam 76,6% da audiência, sendo que somente dois controlavam 67% da audiência. Até 2007, 78% das emissoras televisivas em VHF eram privadas, as demais eram públicas/estatais; já na banda UHF, 82% eram privadas,

11% eram compreendidos por TV's Comunitárias e 7% por emissoras públicas/estatais. Nesse mesmo período, as duas principais emisoras concentravam 85% dos investimentos privados em meios de comunicação e representavam 80% da produção de conteúdos difundidos no país (VENEZUELA, 2007, p 10).

Durante a Assembléia Nacional Constituinte, foram estabelecidos princípios gerais para nortear as atividades dos meios de comunicação. Na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, onde aconteceram os debates sobre comunicação, todos os 22 membros eram aliados do governo. Ainda assim, os artigos que tratam do tema (57, 58, 107 e 108) só apresentam diretrizes e princípios norteadores da atividade, não criando mecanismos e medidas de regulação dos meios. Sobre o assunto a Constituição estabelece os seguintes pontos: direito à liberdade de expressão, sendo proibido o anonimato, propaganda de guerra e mensagens discriminatórias; proibição de censura; proíbe censura aos funcionários públicos para tratar de assuntos sob sua responsabilidade; estabelece que toda comunicação é livre e plural comportando os direitos e deveres estabelecidos pela lei, inclusive direito de resposta; afirma o direito à informação oportuna, veraz e imparcial; as crianças e adolescentes têm direito à informação adequada ao seu desenvolvimento; garante que o Estado proverá a emissão e difusão de informações culturais; os meios de comunicação ficam obrigados a apoiar a difusão dos valores da tradição popular e a obra artística; obriga os meios a utilizar a tradução e o uso da língua de sinais para surdos e contribuir para a formação cidadã; obriga o Estado a oferecer serviços públicos de rádio, televisão e redes de bibliotecas e informáticas com o intuito de universalizar a informação.

A participação dos empresários de radiodifusão nas tentativas de tirar Chávez do poder foi o ponto definitivo para que o Executivo desse uma guinada em relação as políticas de comunicação.

Segundo Luz Neira (2008), nos quatro primeiros anos do governo Chávez, os meios de comunicação que pertenciam ao Estado estavam deteriorados, sendo que a emissora VTV não chegava nem à metade dos estados venezuelanos. Para a pesquisadora, o golpe de 2002 serviu para mostrar como o governo tinha dificuldades para dialogar com os cidadãos e comprovar o desmantelamento desses meios. O governo então adotou uma política de investimentos em meios estatais e fortaleceu o órgão executor de políticas de comunicação. Em 20 de agosto de 2000, por meio do decreto 1.928, foi criado o Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información (Minci) com o “objetivo de formular, dirigir, planejar, executar, coordenar e avaliar as políticas de comunicação do Estado e da administração pública federal”, além de “impulsionar a consolidação do sistema de comunicação e informação da administração pública federal”. Até então, as políticas eram executadas pela Oficina Central de Información.

Neste sentido, o governo investiu na reestruturação e ampliação dos meios de comunicação estatais. Fez novos investimentos no canal estatal VTV, assim como no Circuito Radio Nacional de Venezuela (RNV). Em 2008, o Ministério das Comunicações retomou o projeto do Sistema Nacional de Meios Públicos, por meio do qual se reorganizou o perfil editorial de cada meio de comunicação do Estado. Além disso, o Sistema serve para fazer coberturas conjuntas de temas ou períodos específicos em que cada um assume uma determinada função. A partir desse projeto, a VTV tornou-se um canal exclusivamente informativo (MORAES, 2009, p. 121). De modo geral, a emissora tem um perfil editorial oficialista, assumindo a função de divulgar as ações e políticas do governo.

Já em 2002, foi criada a Fundación Televisora Asamblea Nacional (ANTV) para retransmitir os trabalhos do Legislativo. O fato de a Assembléia ser atualmente composta por maioria chavista reflete-se no perfil editorial do canal¹⁶. A emissora estatal Vive TV foi inaugurada em 11 de novembro de 2003 para ser um canal educativo, informativo e cultural. Segundo Ricardo Márquez, o canal surgiu no contexto do “golpe midiático”, para fazer um novo tipo de comunicação, pautado nos valores comunitários e na difusão de padrões estéticos alternativos e populares. Em âmbito internacional, Chávez lançou a Televisora del Sur (Telesur), em parceria com Cuba, Argentina, Uruguai e Bolívia. Em 2008, o Paraguai passou a ser também sócio da emissora, embora o capital majoritário continue com a Venezuela (51%). Assim, o canal surge na esteira do processo de ascensão e fortalecimento da esquerda na América Latina. A sede da emissora fica em Caracas e a gestão é feita diretamente por pessoas indicadas pelos governos participantes. Existe ainda a Rádio del Sur, que está sediada em Caracas.

Em maio de 2007, o governo venezuelano criou mais um canal estatal, a Televisora Venezolana Social (Tves), em substituição ao espaço deixado pela não renovação da concessão do canal privado do Grupo Phelps, a RCTV. Em 28 de dezembro de 2006, Chávez, vestido com seu fardamento militar, anunciou oficialmente a decisão de seu governo de não renovar a concessão da emissora que era a mais antiga do país e possuía o maior índice de audiência da televisão aberta. O governo venezuelano justificou que a decisão foi tomada com base na Constituição e na Lei Orgânica de Telecomunicações e alegou que a emissora atentou contra o Estado, através da manipulação e fabricação de informações, assim como por meio da participação direta no Golpe de Estado de abril de 2002 e na paralisação petrolífera.

O Estado inaugurou ainda a Ávila TV, um canal de cobertura restrita a região da capital, criado em 2006 pela prefeitura de Caracas e passado, posteriormente, para a administração do Executivo Federal. Já a Venpress, antiga agência de notícias do governo, passou por um processo de reformulação e agora se denomina Agencia Bolivariana de Noticias (ABN). Recentemente, o governo tem investido também na recuperação da cadeia de rádio estatal YVKE Mundial, que está presente em Caracas, Zulia, Los Andes e Margarita. Em maio 2007, a Alba TV iniciou suas atividades como um canal comunitário internacional com o objetivo de ser uma emissora de integração dos povos a partir da experiência dos movimentos sociais e emissoras comunitárias de diversos países.

Para além de concentrar investimentos em meios de comunicação estatais, Chávez estabeleceu acordos com setores midiáticos representantes da antiga fração da classe hegemônica, em um processo de articulação para consolidar a hegemonia de uma nova fração. Em 2004, Chávez e o magnata Diego Cisneros, em uma reunião intermediada pelo ex-presidente dos EUA, Jimmy Carter, assinaram um acordo de paz denominado Tratado de Coche¹⁷. Segundo Oliveira (2009), reunião foi simbolizada pelo discurso de Chávez em favor do capital e de seu governo, garantindo a governabilidade do país e a estabilidade do mercado petrolífero. No mesmo ano, o presidente articulou a compra do Canal Puma TV, atual Canal i, pelo empresário Wilmer Ruperti, que é proprietário de navios cargueiros de petróleo e foi um personagem decisivo para o fim da paralisação da PDVSA, emprestando seus navios. Ruperti foi recompensado por Chávez com uma medalha de mérito.

Dessa forma, Chávez criou um sistema de comunicação abrangente que permitiu ao governo comunicar-se diretamente com a população. Ainda que o setor privado seja responsável pela ocupação de maior parte do espectro, o governo hoje possui meios para

contestar as informações e opiniões da oposição. Dos nove canais de alcance nacional existentes no país, o governo é proprietário de três. Segundo Moraes (2009), cada um tem em média uma audiência de 10%. Tomando em conta a aliança com a Venevisión e o Canal i, pode-se considerar que 55,5% das empresas de televisão favorecem o governo. Se contabilizadas todas as emissoras existentes no país, 5,38% dos canais são estatais (ver gráfico 3). No setor radiofônico, existem atualmente 418 emissoras privadas, sendo 265 FM's e 165 AM's. Do total de empresas, 110 estão vinculadas a circuitos nacionais (NEIRA, 2008, p. 59)¹⁸.

No que concerne ao marco regulatório, em 12 de junho de 2000, foi sancionada uma nova Lei de Telecomunicações (Lotel). Até então, com base no marco regulatório de 1941, as telecomunicações eram um serviço público reservado ao Estado, mas passível de ser concedido a terceiros para a prestação dos serviços. Com a promulgação da Lotel, coube à Comissão Nacional de Telecomunicações (Conatel)¹⁹ a função de regular e fiscalizar o setor, autorizando os operadores a prestar os serviços, monitorando a performance deles e, se necessário, fazendo concessões para o uso do espectro radioelétrico (BRAZ; HAJE, 2009, p. 16).

Diferente do Brasil, o conceito de telecomunicações na legislação venezuelana engloba os serviços de telefonia, rádio, televisão e internet. O serviço é considerado de interesse geral. O marco regulatório afirma que o espectro radioelétrico é um bem público de Estado, que pode ser concedido para exploração (art. 7), cabendo a Conatel outorgar, revogar e suspender as habilitações administrativas, salvo quando isso tenha que ser feito pelo Ministerio del Poder Popular para Obras Publicas y Vivendas²⁰ conforme estabelece a Lei. Esse é o caso das concessões para rádio e televisão abertos que necessitam de uma “adjudicação direta” (não é objeto de oferta pública) dada pelo Ministério. Ou seja, embora o proponente tenha que passar pelo processo de qualificação legal, econômica e técnica da Conatel, cabe ao Ministro ou governo de plantão dar a última palavra sobre a concessão “en función de la política de telecomunicaciones del Estado” (Idem, s/p). A legislação estabelece que as concessões podem ser feitas por até 25 anos e renovadas por iguais períodos desde que observadas as prerrogativas legislativas. Depois da tentativa de golpe de Estado, o governo anunciou que as concessões só seriam feitas por cinco anos. A gestão da Conatel é feita por um Conselho Diretivo nomeado pelo presidente da república. Não existe tipo algum de conselho gestor com participação dos movimentos sociais ou de entidades e representantes da sociedade civil.

A lei proíbe a concentração determinando que cada grupo empresarial de rádio e televisão aberta só poder ter uma concessão em cada banda de frequência. Por outro lado, cabe à Conatel apoiar a criação de rádio e TV comunitárias e reservar locais específicos no espectro para esse tipo de concessão. A Lotel inaugura assim um novo modelo de regulação para as comunicações venezuelanas.

No que diz respeito à radiodifusão, a legislação é nacionalista²¹ e, de modo geral, permite uma maior diversificação do espaço radioelétrico ao reservar espaço especial para os meios comunitários e restringir a propriedade de uma concessão por banda. Contraditoriamente, a decisão final sobre a concessão fica submetida ao escrutínio do governo de plantão, que pode fazê-la seguindo o modelo de larga tradição no país nos anos anteriores. A lei não estabelece meios de participação das classes populares na gestão do órgão, tampouco mecanismos de controle social dos meios de comunicação.

Além disso, como antes da Constituição de 1999 e da Lotel, como os meios já apresentavam

uma forte concentração cruzada, ainda não se adotaram medidas para fazer com que os grupos empresariais cumpram a legislação. Em 7 de setembro de 2007, a Assembléia Nacional aprovou a Lei de Responsabilidade Social do Rádio e da Televisão (Resorte), que estabeleceu normas para a regulação dos conteúdos transmitidos nos meios de comunicação. A tramitação do projeto de lei provocou uma forte reação dos meios de comunicação privados, da bancada oposicionista, de países da Europa e dos EUA, de alguns acadêmicos e de algumas organizações internacionais, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Relatoria para a Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos. Essas afirmaram que a lei tinha muitos termos vagos que poderiam representar limitações aos conteúdos divulgados pelo rádio e pela televisão.

A lei faz uma classificação do conteúdo por tipos de programas (cultural e educativo, informativo, opinativo, recreativo ou desportivo e misto), por elementos de conteúdo (linguagem, saúde, sexo e violência²²; e determina tipos, restrições e bloqueios de horários. Além disso, a lei faz a classificação indicativa da programação de acordo com os horários²³ e proíbe a publicidade de cigarros, bebidas alcoólicas e jogos de azar. No capítulo sobre a democratização e participação na comunicação, a Resorte determina que os usuários e usuárias dos meios podem se organizar de forma lícita para defender seus interesses, consistindo um direito dessas dirigir reclamações e solicitações às emissoras. As Organizações de Usuários e Usuárias (OUU) não podem ter fins lucrativos, necessitam ser compostas por, no mínimo, vinte pessoas, que não tenham vínculos familiares ou empregatícios com prestadores dos serviços de rádio e televisão. Cabe à Conatel facilitar a inscrição deste tipo de organização, inclusive para que elas concorram a recursos do Fundo de Responsabilidade Social, criado também pela Lei. Nesse caso, é interessante destacar que algumas dessas associações acabam ficando vinculadas ao dinheiro estatal e que, na maioria, são criadas na esteira dos movimentos liderados pelo governo. Em quatro anos de vigência da lei, já existem cerca de 84 OUUs²⁴.

A legislação promove ainda a Produção Nacional Independente (PNI), determinando que os canais de rádio e televisão devem transmitir pelo menos 7 horas diárias de programas produzidos no país no horário todo usuário (entre 7h da manhã e 7h da noite). Dessas sete horas, pelo menos quatro horas devem ser de programas produzidos por produtores independentes. Além disso, devem transmitir pelo menos três horas diárias no horário supervisionado (das 5h da manhã às 7h da manhã e das 7h da noite às 11h da noite) de programação produzida nacionalmente, das quais 1h30 deve ser de programas produzidos por produtores independentes. Nessas cotas, deve-se dar prioridade a programas culturais, educativos e informativos²⁵. O Minci e a Conatel realizam cursos de capacitação para os PNI's, ensinando-os a preparar projetos. Até o início do segundo semestre de 2009, o Minci contabilizava cerca de 18.456 produtores independentes²⁶. A Conatel, por meio do Fundo de Responsabilidade Social, financia produções audiovisuais e realiza capacitações.

Para executar e acompanhar a execução da lei, inclusive determinando sanções, fica criado o Diretório de Responsabilidade Social, composto pelo diretor geral da Conatel, que preside o órgão, além de um representante do Ministério das Comunicações, um do Ministério da Educação e Esportes, um do Ministério da Cultura, um do Instituto Nacional da Mulher, um do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, um representante das igrejas, dois representantes das OUUs, um representante da academia e um indicado por organismo que atue na área de direito do consumidor.

Sendo o Instituto da Mulher e o Conselho da Criança e do Adolescente órgãos públicos, cabe ao governo 5 das 10 vagas. A legislação prevê ainda a criação do Conselho de Responsabilidade Social, como órgão consultivo do Diretório.

O capítulo VII do texto regulatório estabelece os procedimentos administrativos e sancionatórios. Entre esses estão a imposição de cessão de espaços para difusão de mensagens culturais e educativas, multas, suspensão da habilitação administrativa e revogação da concessão. As sanções podem ser aplicadas por descumprimento da lei, por incitação à desordem pública e divulgação de conteúdos contrários à segurança da Nação.

Para alguns pesquisadores como Cañizález, Bisbal, Torrealba e Pasquali, a lei é utilizada como meio político para limitar as críticas dos meios privados contra o governo, somente sendo aplicada a esses canais. Já na análise de Hernández, Neira, Neüman, Morales e Urdaneta, a legislação permitiu ao país ter uma comunicação mais democrática, proporcionando uma ampliação do espaço com conteúdos de qualidade.

Se, por um lado, a lei constitui um avanço democrático no sentido de que regulamenta as atividades dos meios de comunicação, reconhecendo-as como serviço público e como direito do cidadão, além de permitir que mais pessoas possam participar desse processo, seja através da produção independente, dos meios comunitários ou das OUU; por outro, a implementação e regulamentação das políticas de comunicação padecem do voluntarismo do governo que, identificando-se sempre com o interesse geral e atribuindo-se uma prerrogativa de defensor da classe trabalhadora, contraditoriamente, leva a cabo iniciativas que não permitem o exercício da democracia direta na base, assumindo o papel que seria dos movimentos sociais e populares.

Apesar da criação do Diretório e do Conselho de Responsabilidade Social, de acordo com a Lei de Telecomunicações, a Conatel segue tendo a prerrogativa de fiscalizar e sancionar os meios de comunicação sem qualquer tipo de controle público efetivo sobre suas atividades e com membros diretamente indicados pelo governo, o que acaba recaindo sobre a própria capacidade de atuação do próprio órgão, que, em situação de enfrentamento direto entre meios de comunicação privados e estatais, acaba sendo deslegitimado quando toma algumas medidas fiscalizatórias. Para o deputado Ricardo Capella (PSUV), membro da Comissão Permanente de Ciência, Tecnologia e Comunicação Social²⁷, a lei é descumprida pelos meios privados e públicos e uma das principais razões é a não atuação da Conatel. De acordo com Luz Neira (2008), a ação da Conatel deveria concentrar esforços no sentido de não permitir que a polarização política entre os meios de comunicação prejudique a cidadania e o interesse público. Na análise de Bisbal²⁸, as políticas do governo são mecanismos de controle para definir um pensamento único. O controle direto do órgão regulador por entidades e representantes da sociedade civil, se respeitada a representatividade de cada setor, poderia resultar em um órgão regulador mais ativo, transparente e equânime.

As ações punitivas da Conatel são sempre seguidas de protestos por parte dos setores oposicionistas, que acusam o governo de fiscalizar baseado apenas em interesses próprios. Em julho de 2009, o órgão revogou as habilitações e concessões de 34 rádios AM e FM. A medida fazia parte de um processo de revisão das concessões de 240 emissoras. De acordo com presidente da Conatel, Diosdado Cabello, “las causales de cierre son vencimiento de la concesión sin que se haya solicitado su renovación, muerte del concesionario original o cambio del titular de la concesión sin que se haya notificado y autorizado debidamente por la comisión de telecomunicaciones, entre otras” (VÁSQUEZ, 2009, s/p). Já em janeiro de 2010,

o órgão regulador retirou do ar seis canais de TV por assinatura (RCTV Internacional, Ritmo Son, Momentum, América TV, American Network e TV Chile), alegando que os canais não cumpriam com as determinações da Lei de Responsabilidade Social no que condiz respeito à classificação indicativa e aos tipos de linguagens veiculados em horários específicos. A decisão provocou uma forte reação dos meios de comunicação opositores e de parte do movimento estudantil, que se saíram às ruas para protestar. O confronto entre estudantes opositoristas e situacionistas culminou com a morte de dois deles.

Segundo a diretora de Meios Alternativos e Comunitários do Minci, Ana Sofia Viloria²⁹, as políticas de comunicação do governo venezuelano tem três eixos principais: 1- fortalecimento da plataforma comunicacional estatal e oficial; 2- desenvolvimento e fortalecimento da estratégia comunicacional do Estado; 3- promover o equilíbrio e a democratização da comunicação. Nesse último eixo, a principal estratégia tem sido o apoio à construção de um sistema público nacional de Meios Alternativos e Comunitários (MAC), com o intuito de fazer frente à grande concentração dos meios privados, que “têm se mostrado contra o Estado venezuelano e as instituições populares”.

Segundo Viloria (2009), há 20 anos existiam no país cerca de 20 meios de comunicação de caráter comunitário, mas que eram ilegais por não existir no país uma legislação que os reconhecesse.

Com a aprovação da Lei de Telecomunicações, em 2000, e do Regulamento de Radiodifusão Sonora e TV Aberta Comunitária de Serviço Público, sem fins lucrativos, em 2001, o Estado passou a reconhecer e a apoiar esses meios. Até maio de 2009, havia no país 244 rádios e 47 TV comunitárias cadastrados no Conatel, além de cerca de 360 periódicos impressos e 117 em formato digital. Alguns membros da oposição afirmam que o Ministério e a Conatel beneficiam as associações que apóiam o governo e que a proposta é ideologizar esses meios. Quando questionada sobre as críticas, Viloria afirma que nem se quisesse o governo conseguiria ter o controle das rádios comunitárias. Ela explica que a estratégia do governo é apoiar e acompanhar essas iniciativas, por meio de capacitação, doações do aparato tecnológico e proporcionando a articulação entre os meios comunitários. Entre maio de 2002 e abril de 2006, foram habilitados 193 meios nesse setor, sendo que 198 deles receberam investimentos públicos da ordem de 108 milhões de bolívares (MUJICA, 2009, p. 20). O Regulamento de Radiodifusão Comunitária define esse tipo de serviço como meio de comunicação que permite alcançar a comunicação livre e plural dos indivíduos e das comunidades (art. 9 e 10). O conceito de comunidade é entendido como o conjunto de pessoas que vivem numa mesma localidade e que a Conatel reconheça como sendo vinculado pelo contexto social comum, características históricas, geográficas, culturais e tradicionais. Ainda que reconheça os laços sociais como valor central da definição de comunidade, fica outorgada à Conatel a prerrogativa de reconhecer ou não essas características. Além disso, a decisão final sobre a concessão é, segundo o artigo 35 do regulamento, do Ministro de Habitação e Obras Públicas, que analisa o processo de requisição de acordo com o estabelecido na lei, não existindo formas de controle público sobre o processo.

Para obter uma concessão de meio comunitário, é necessário formar uma fundação “democrática e plural”. O financiamento é feito por recursos estatais, patrocínio cultural e por publicidade comercial de pequenas e médias empresas da localidade ou de empresas de outra localidade, não excedendo, nesse caso, metade do tempo destinado para esse fim, que é de cinco minutos a cada hora de programação. A emissora deve ter uma programação de, no

mínimo, seis horas, sendo 70% produzida na comunidade. Essa determinação, de acordo com Kenia Useche, estudante de arquitetura e uma das coordenadoras do canal comunitário “TV Z”³⁰, dificulta o trabalho do canal porque nem sempre se dispõe de recursos para produzir o tempo necessário, já que nem sempre há publicidade comercial.

A entrevistada explica que a emissora começou suas atividades em 2002 e teve como marco definidor para a criação tentativa de golpe de estado de 11 de abril, quando a população ficou sem informações sobre o que teria acontecido com o presidente da república. A emissora iniciou as atividades em 2002, mas só ganhou a habilitação em 2006. O subsídio do governo foi fundamental para a aquisição do aparato tecnológico, contudo, de acordo com ela, não existe uma política de financiamento sustentável dos canais, uma vez que os recursos estatais são vinculados a projetos por períodos determinados. A sede da emissora, que possui cerca de 32 metros quadrados, era a antiga casa da estudante, que foi doada à comunidade em 2003 por sua mãe, Rosana Rodríguez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica do modo de regulação do rádio e da televisão antes de Chávez era de total liberalização do setor em troca de uma defesa orgânica do governo de plantão por parte dos meios de comunicação. Esses se desenvolveram a sombra do poder, tanto nos períodos ditatoriais como nos anos de “democracia limitada” do puntofijismo. É significativo que os grupos empresariais venezuelanos de mídia tenham, de modo geral, começado suas atividades em outros setores econômicos e, posteriormente, recebido outorgas para prestar o serviço de rádio e televisão. Além disso, as emissoras privadas possuem forte vínculo com capital estrangeiro e, principalmente, estadunidense. Tal aspecto mostra a forte ligação entre os meios de comunicação e a antiga classe dirigente.

As tentativas da oposição, com o uso intensivo dos meios de comunicação privados, para destituir Chávez do poder representaram o marco histórico para que o governo passasse a formular novas políticas de comunicação e um novo modo de regulação para o setor. Assim, o Executivo construiu uma nova e detalhada legislação, além de investir na estrutura e na ampliação dos meios de comunicação estatais, e fomentar o surgimento de emissoras comunitárias e a produção nacional independente. A supremacia dos partidos governistas no Legislativo desde o ano 2000 tem sido essencial para a consolidação do novo modelo. Por outro lado, o governo firmou acordo com o Grupo Cisneros, proprietário de um dos principais canais privados do país, ao passo que beneficiou a aquisição de canais por parte de empresários emergentes que apoiam o governo, como é o caso de Wilmer Rupertí. As medidas adotadas no governo Chávez alteraram substancialmente o antigo cenário midiático do país. O fomento da radiodifusão comunitária e da produção nacional independente possibilitou que a população pudesse emitir suas opiniões e idéias, gerando, em certa medida, um cenário de maior pluralidade e diversidade, além de incentivar a participação da população na vida política do país.

Contudo, as políticas de comunicação e novo marco regulatório gestado fortalecem o Executivo como ente administrativo que detém todo o poder sobre as comunicações. Os mecanismos de controle social da mídia são limitados e dependem do voluntarismo do governo. Os “avanços” foram feitos como benefícios governamentais e não como um direito social, como é o caso das OUU. No que concerne aos meios de comunicação estatais,

eles são controlados fortemente pelo Executivo, seguindo uma linha editorial abertamente governamental e de enfrentamento com os meios de comunicação privados.

O atual modo de regulação da radiodifusão e, de modo geral, as ações governamentais no campo da comunicação nos últimos anos foram desenvolvidos sob a ameaça constante da direita venezuelana em depor Chávez da presidência. Frente a este cenário, as medidas implementadas pelo governo buscaram quebrar o bloqueio da mídia privada às ações do Executivo, dando voz a novos agentes sociais, em especial, aos setores populares, estabelecendo novos mecanismos de fiscalização e punição contra ações que visem à subversão da ordem, e facilitando a comunicação direta do governo com a sociedade através dos meios de comunicação estatais. Dessa maneira, o governo criou ferramentas que garantem para si um maior poder na busca e manutenção da hegemonia no âmbito da sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUCHAIBE, M A, e CEDILLO, E.** (2010) Caracterización Mercantil de la Televisión Venezolana. Biblioteca Gumilla, Caracas, 1978. Disponível em: http://www.gumilla.org/biblioteca/bases/biblio/texto/COM197817_4-19.pdf/. Acesso em: 3 jan.
- CAPRILES, O.** (1976). El Estado capitalista dependiente y la política de comunicación. El caso de Venezuela. 1 ed. Ininco: Caracas.
- BISBAL, M.** (1994). Lá rádio en Venezuela. ¿hacia una estructura de concentración distinta? Centro Gumilla, Caracas.
- BOLAÑO, C.**(2007).Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil? 1 ed. São Paulo: Paulus.
- BRAZ, R, e HAJE, L.**(2008). Estudo de caso da Venezuela. In: LABORATÓRIO DE POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO. Projeto de pesquisa: estudo comparado de políticas de comunicação eletrônica e modelos institucionais em quatro países: Espanha, Estados Unidos, México e Venezuela. Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB).
- CÁCERES el al.** (2007). Estrategias de la empresa privada frente a la política estatal venezolana. Cuestiones Políticas n. 39, Maracaibo.
- DÍAZ, J L.** (2009). Menú de concesiones o TV a la carta. Aporrea, 2007. Disponível em: <http://www.aporrea.org/medios/a29956.html/>. Acesso em: 15 dez.
- LACABANA, M.**(2006). Petróleo y hegemonía en Venezuela. La construcción de un proyecto nacional democrático-popular en el siglo XXI. CLACSO, Buenos Aires. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C10Lacabana.pdf/>. Acesso em: 14 nov. 2009.
- LANDER, E.** (2008). Venezuela: a busca de um projeto contra-hegemônico. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/10_lander.pdf/ Acesso em: 17 out. 2008.
- LÓPEZ MAYA, M.** (2006). Del viernes negro al referendo revocatório. 2 ed. Caracas: Alfadil, 2006. Venezuela:
- Hugo Chávez y el bolivarianismo.(2008). Revista Venezolana de Economía e Ciencias Sociales, Universidad Central de Venezuela, v. 3, Caracas, 2008.

- HARVEY**, D. Condição pós-moderna. (2007). 16^a ed. São Paulo: Edições Loyola.
- HERNÁNDEZ**, G D. Educación, comunicación y medios. (2006). Anuario Ininco n. 1 v. 18, Caracas.
- MORAES**, D. (2009). A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. 1 ed. Pão e Rosas: Rio de Janeiro.
- MARINGONI**, Gilberto. A Revolução Venezuelana. (2009). São Paulo: Unesp.
- MUJICA**, P. Los medios comunitarios en Venezuela. (2009.). In: 2 Congreso de Investigadores venezolanos de la comunicación, Isla Margarita, 2009. Disponível: <http://www.invecom.org/eventos/2009/index.php/>. Acesso: 10 nov. 2009.
- NEIRA**, L. (2008). Algunas claves para comprender la política comunicacional del Estado venezolano. Maracaibo.
- PASQUALI**, A. (1990). Comunicación y cultura de masas. 6 ed. Caracas: Monte Avila.
- La comunicación cercenada. (1991). El caso Venezuela. 2 ed. Caracas: Monte Avila.
- SALDIVIA**, Lulú; **ALGARA**, Angela. (1988). Estructura de los medios de difusión en Venezuela. UCAB: Caracas.
- UNESCO**. Las políticas de comunicación en Venezuela. (1977). 1^a ed. Madrid: Tordesillas.
- VÁSQUEZ**, María de L. Conatel retiró concesión a 34 emisoras de radio. (2010). Caracas: El Universal, 2009. Disponível em: http://www.eluniversal.com/2009/07/31/pol_ava_conatel-retiroconce_31A2571083.shtml/. Acesso em: 5 jan.
- VENEZUELA**. Constitución (1999). Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Disponível em: <http://www.constitucion.ve/>. Acesso em: 30 jun. 2008.
- Ley Orgánica de Telecomunicaciones, de 1 de junho de 2000. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela, 37.085, 24-11-00. Disponível em: http://www.tsj.gov.ve/legislacion/LT_ley.htm. Acesso em: 30 jun. 2008.
- Reglamento de Radiodifusión Sonora y Televisión Abierta comunitaria de Servicio Público, sin fines de lucro, 3 de novembro de 2001. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela, 37.359, 8-01-02. Disponível em: http://www.minci.gob.ve/documentos_medios/44/178663/reglamento_de_radiodifusion.html. Acesso em: 30 jun. 2008.
- Ley de Responsabilidad Social en Radio y Televisión, de 2 de dezembro de 2004. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela, 38.081, 07-12-04. Disponível em: <http://www.leyresorte.gob.ve/>. Acesso: 13 jun. 2008.

Notas

1. Trabalho originalmente apresentado no III Encontro da Ulepícc-Brasil.
2. Foram eleitos também nessa época Néstor e Cristina Kirchner na Argentina (2003 e 2007), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Michelle Bachelet no Chile (2005), Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006) e Fernando Lugo no Paraguai (2008).
3. Gómez assumiu o poder em 1908, após dar um golpe de Estado que destituiu do governo o general Cipriano Castro.
4. Segundo Lacabana (2006), antes da exportação petroleira, a Venezuela era um país marginal para o capital estrangeiro, com exportações agrícolas (café, cacau e couro) pouco estratégicas e um mercado interno reduzido, uma sociedade paupérrima e imóvel.

5. Em dezembro de 1935, Gómez faleceu deixando um modelo de desenvolvimento assentado na indústria petrolífera. Com ele, surgiram novas classes sociais: um proletariado vinculado à produção de petróleo, uma incipiente burguesia industrial, além de pequenos e médios proprietários rurais. No mesmo mês, o Gabinete Executivo designou o Ministro de Guerra e Marinha, Eleázar Lopes Contreras para assumir o Poder Executivo até o fim do período presidencial, em 1936. Por meio de uma manobra política, Contreras ficou no poder até 1941.
6. O Regulamento diferencia Estação de Radiodifusão e Estação de Televisão, ainda que não houvesse chegado esse serviço no país. A primeira era considerada como a difusão de emissões radiotelefônicas destinadas ao público em geral; já a outra, era definida como a emissão para a visão à distância, de seres ou objetos. O artigo 107 do Regulamento afirma que não serão outorgadas permissões para o serviço de radiotelevisão até que o Executivo Federal regulamentasse esse tipo de serviço.
7. Segundo Saldívia e Algarra (1988), a partir de 1961, a empresa estadunidense National Broadcasting Company (NBC) passou a deter 20% do capital daquela. Ao final da década de 1970, a holding englobava 30 empresas com atividades nas áreas de rádio, televisão, produção cinematográfica, jornal impresso (Diário de Caracas), produção gráfica, automóveis e eletrodomésticos. O grupo possui também participação acionária na rádio 92.9FM (87,60%), Recordland (100%) e Línea Aérea Aerotuy (100%). Os negócios do grupo estão vinculados também à empresa Coral Sea Inc., que, localizada em Miami, faz a distribuição das produções do canal em âmbito internacional (VENEZUELA, 2006, p. 12).
8. Segundo Hernández (2006), atualmente a indústria audiovisual é a maior fonte de lucros do grupo, rendendo mais de 4 milhões de dólares por ano. Em âmbito internacional, a Organização tem hoje participação acionária nas emisoras Chilevisión (Chile), Caracol (Colômbia), Caribbean Communication Network (zona do Caribe), Univisión (EUA) e Galavisión (EUA). O grupo é sócio majoritário da joint-venture Ibero-American Media Partners (IAMP) em parceria com a empresa do setor financeiro estadunidense Hicks, Muse, Tate & Furts. Em 2000, a IAMP fundiu-se com a companhia de produção de conteúdo web para o público hispânico, El Sítio, criando a holding Claxson Interactive Group (CIG), com o intuito de unificar ativos na área de programação, transmissão de rádio e televisão aberta, televisão por assinatura e produção de conteúdo on line, fornecendo conteúdo para as populações de fala espanhola e portuguesa. O Grupo é também sócio da DirecTV Latin America, junto com a empresa norte-americana Hughes Communications, e participa da DirecTV brasileira e da MVS Multivisión, no México. Além disso, a holding Cisneros desenvolve o portal AOL Latin America, subsidiária da America On Line (AOL).
9. Segundo Rafael Lucca (2007), em outubro de 1954, mesmo com a violenta política repressiva que implementava no país, Pérez Jiménez recebeu dos Estados Unidos a condecoração de “Legião do Mérito” por combater o comunismo.
10. No final da década de 1950, uma forte crise econômica e política se abateu sobre a Venezuela durante o governo Pérez Jiménez. Em 1957, diversas manifestações populares ganharam as ruas do país sob uma forte repressão do regime. Os principais partidos políticos Ação Democrática (AD), Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei), União Republicana Democrática (URD) e Partido Comunista de

Venezuela (PCV) se uniram para fundar uma Junta Patriótica, que, em janeiro de 1958, convocou uma greve geral e derrubou o governo de Pérez Jiménez. O acordo recebeu ainda o apoio de diversas entidades da ainda incipiente sociedade civil, como da Igreja Católica, Fedecámaras e CTV. O Pacto de Punto Fijo traduziu-se no controle estatal por parte dos dois principais partidos políticos, AD e Copei, que se revezaram no poder durante 40 anos. O acordo foi o caminho que a burguesia encontrou para reorganizar o sistema de dominação através da mediação de dois partidos políticos com amplas bases populares e sob o manto de uma democracia representativa, garantindo paralelamente o controle social e os mecanismos para expandir a acumulação. Após assumirem o poder, os partidos de direito excluíram o Partido Comunista do Pacto.

11. “Camero fue un empresario clave para Lusinchi y la AD de aquellos años. Estuvo involucrado con una de sus empresas constructoras en el escándalo de los Jeep que Ciliberto compró con la partida secreta de Miraflores” (DÍAZ, 2007, s/p)
12. Durante a década de 1990 mais uma crise econômica levou o país a uma grave crise política. De acordo com López Maya (2006), o crescimento do país entre os anos de 1979 e 1999 foi praticamente nulo (0,1%), levando-se em conta os alternados anos de crescimento e recessão. Já a inflação chegou a 35,78% em 1998 e 23,56% no ano seguinte.
13. Chávez tornou-se conhecido no âmbito da política venezuelana em fevereiro de 1992, quando o denominado Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR-200), composto por militares de baixa e média patente e comandado por ele, tentou dar um golpe de Estado. A estratégia fracassou e os líderes do movimento foram presos. Chávez e seus companheiros ganharam liberdade durante o governo de Rafael Caldeira. Em 1997, o MBR-200 decidiu lançar candidato próprio ao Executivo. No mesmo ano, Chávez e seus companheiros fundaram o partido Movimento Quinta República (MVR). O nome representava uma ruptura com as quatro repúblicas vividas anteriormente pelo país e propunha uma nova era política. A candidatura de Chávez se fortaleceu com o apoio de outros partidos de esquerda, como o Pátria Para Todos (PPT), uma parte de La Causa R, o MAS e o Partido Comunista.
14. Para López Maya (2006) poucas vezes na história contemporânea venezuelana se observou um político com um carisma tão forte como o que evidencia Chávez, que, por outro lado, provoca muito rechaço entre os setores sociais alto e médio.
15. Instrumento similar a Medida Provisória (MP) brasileira.
16. Em 2005, durante as eleições para o Parlamento, a oposição decidiu se retirar do processo por entender que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) não era confiável e que não havia garantias de que o voto seria secreto. Assim, os candidatos da coligação comandada pelo MVR conquistaram todas as cadeiras do parlamento, dando total governabilidade ao presidente Chávez. Atualmente, existem alguns deputados opositores, dissidentes do chavismo.
17. Recebeu esse nome por ter sido assinado no mesmo lugar em que foi feito o acordo entre os centralistas e federalistas durante a Guerra Federal de 1863. O documento ficou conhecido como Tratado de Coche e marcou o final das lutas.
18. Com base em dados da Cámara de Radio Venezolana (Camradio)
19. Foi criada oficialmente pelo Decreto Nº 1.826, de 5 de setembro de 1991, publicado na Gazeta Oficial Nº 34.801 de 18 de setembro 1991, no segundo governo de Carlos Andrés

Pérez.

20. Segundo a lei de telecomunicações venezuelana, o ministro da Infraestrutura outorga a concessão pelo uso do espectro radioelétrico no caso da radiodifusão sonora e televisão aberta. Em maio de 2009, as atribuições do Ministerio de la Infraestructura passaram ao Ministerio del Poder Popular para las Obras Públicas y Viviendas. O primeiro foi extinto pelo presidente Chávez no processo de reforma administrativa para enfrentar a crise econômica.
21. A Lei de Investimentos Estrangeiros limita em até 20% a participação do capital estrangeiro no setor.
22. No artigo 6 pode-se encontrar os elementos de linguagem que caracterizam cada um desses.
23. Os tipos de horário estabelecidos são: horário todo usuário (mensagens difundidas para todos os usuários e usuárias entre as 7h da manhã e 7h da noite); horário supervisionado (horário no qual as crianças devem ser supervisionadas pelos pais para receberem conteúdos, fixado entre as 5h as 7h da manhã e entre as 7h e 11h da noite; horário adulto (as mensagens difundidas são dirigidas exclusivamente a maiores de 18 anos; compreende o horário das 11h da noite às 5h da manhã).
24. Em <http://www.usuariosyusuarias.org.ve/> é possível encontrar uma listagem completa de todas as organizações.
25. De acordo com o artigo 13 da Lei Resorte, serão considerados produção nacional independente os programas cuja criação, direção, produção e pós-produção evidenciem a presença dos seguintes elementos: capital venezuelano; locação venezuelana; roteiro venezuelano; autores ou autoras venezuelanos; diretores ou diretoras venezuelanos; pessoal artístico venezuelano; pessoal técnico venezuelano; valores da cultura venezuelana. As porcentagens de cada um desses elementos são definidas no chamado “Diretório de Responsabilidade Social”. De forma geral, a produção não poderá ter menos que 70% dos requisitos listados acima (BRAZ; HAJE, 2009, p. 14).
26. Disponível em http://www.minci.gob.ve/entrevistas/3/191147/la_democratizacion_del.html
27. A comissão é composta atualmente por seis deputados, todos filiados ao Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV). O Partido foi criado em 2007 com o objetivo de ser uma organização de massas e reunir os apoiadores do governo em uma só entidade.
28. Entrevista realizada em 11 de maio de 2009 na Universidad Católica Andrés Bello (Ucab).
29. Entrevista realizada em 6 de maio de 2009 no sede do Minci.
30. Está vinculada a comunidade “Buena Vista”, da cidade de Maracaibo, Zulia. Entrevista realizada na sede da emissora no dia 2 de maio de 2009.